



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de
Justiça
para os devidos fins.

Em 12/08/15

Conceição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado Alora

Alabel

para relatar.

Em 12/08/15

Presidente Comissão de Constituição e Justiça

Processo AL nº 6923/15 – Projeto de Resolução 12/15 – que “Altera dispositivo do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, Resolução no 429, de 15 de dezembro de 2010, ampliando o rol de comissões, criando a Comissão de Energia e Mineração, mediante alteração de seus arts. 31 e 34.

Regime de Tramitação: Ordinário

Autor: Deputado Severio Eulálio

Relator: Deputada Flora Izabel (PT)

PARECER CCJ Nº /15

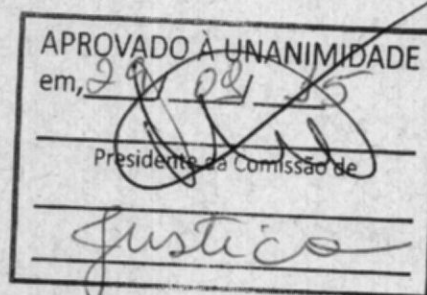
1 – Relatório

Em cumprimento às previsões definidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça o Processo AL nº 6923/15 – Projeto de Resolução 12/15.

O referido Projeto de Resolução está instruído com os fundamentos exigidos legalmente para sua apreciação. Não existindo, portanto, qualquer **impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental à sua tramitação.**

O referido projeto satisfaz plenamente às exigências formais fixadas nos regramentos constitucional e infraconstitucional.

Eis o Relatório.



II - Voto da Relatora

Após análise circunstanciada do referido do Projeto de Lei, **A Relatora vota pela aprovação da matéria.**

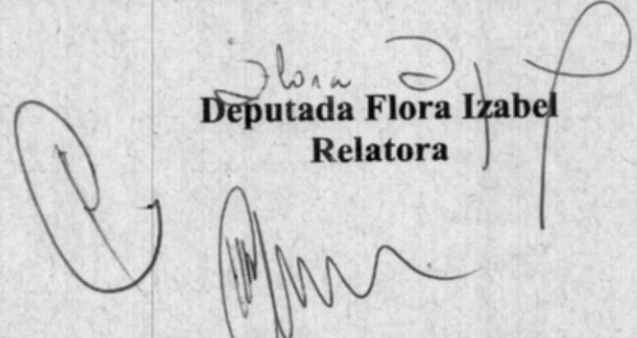
III - Parecer da Comissão

A Comissão Permanente de Constituição e Justiça - CCJ, após discussão e votação da matéria, delibera:

() pelo acatamento do Voto da Relatora, apurado através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos;

() pela rejeição do Voto da Relatora, apurada através dos votos dos Deputados membros desta Comissão, presentes à reunião, mediante a aposição de suas assinaturas a este Parecer, conforme a natureza de seus votos.

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS, Teresina (PI), 21 de setembro de 2015.


Deputada Flora Izabel
Relatora